



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS A. C. SIMÕES
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CIÊNCIAS SOCIAIS - LICENCIATURA

TATYANE TAIS NASCIMENTO MARQUES DOS SANTOS

**MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA ALAGOANA: OBSTÁCULOS E
PERSPECTIVAS**

Maceió/AL
2024

TATYANE TAIS NASCIMENTO MARQUES DOS SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientador: Profa. Dra. Luciana Santana

Maceió/AL
2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade – CRB-4 - 1251

S237m Santos, Tatyane Tais Nascimento Marques dos.

Mulheres negras na política alagoana: obstáculos e perspectivas / Tatyane Tais Nascimento Marques dos Santos. – 2024.
37 f.

Orientadora: Luciana da Conceição Farias Santana.
Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Licenciatura em Ciências Sociais)
– Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Sociais. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 36-37.

1. Mulheres negras – Participação política - Alagoas. 2. Mulheres negras – Atividades políticas. 3. Mulheres negras – Perspectivas. 4. Mulheres – Representatividade. I. Título.

CDU: 316.334.3-055.2

À minha mãe Marli Josefa e minha avó Maria José, pilares de força e amor incondicional, que me moldaram com suas mãos firmes e corações generosos.

AGRADECIMENTOS

Neste momento de culminância e reflexão, expresso meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho, que mais do que um requisito acadêmico, representa um marco significativo em minha jornada pessoal e profissional.

De maneira muito especial, minha gratidão inabalável dirige-se aos meus familiares. À minha mãe, exemplo de mãe solo, cuja força, determinação e amor incondicional não apenas me criaram mas também me resgataram dos momentos mais sombrios de minha vida, demonstrando uma fé inquebrantável em minha capacidade de superação e crescimento. À minha saudosa *mamãe* avó materna Maria José, cuja presença e ensinamentos foram fundamentais na formação do meu caráter e na construção dos valores que hoje guiam minha vida. À minha querida avó, que sempre me tratou como uma princesa e tentou preencher o vazio deixado pela ausência de seu filho em minha vida, meu amor eterno e minha gratidão infinita. Mesmo que o Alzheimer tenha apagado nossas lembranças do presente, sei que, lá no fundo, ela ainda está comigo e me ama tanto quanto eu a amo. Sempre serei parte do amor que ela me deu, e isso nunca será esquecido. Aos meus tios, tias e primos, pela presença constante desde o início.

Minha gratidão estende-se também às figuras marcantes de minha trajetória educacional. Às minhas primeiras professoras, Tia Fátima e Tia Glécia, que não apenas me alfabetizaram, mas também acreditaram em meu potencial desde os primeiros passos, inculcando em mim a convicção de que eu teria um futuro brilhante. À professora Osvaldira, cuja influência foi um divisor de águas, marcando uma distinção clara entre quem eu era antes e quem me tornei após seus valiosos ensinamentos.

No âmbito da educação superior, expresso minha sincera gratidão à instituição de ensino e ao corpo docente, cuja excelência acadêmica e dedicação pedagógica criaram um ambiente propício ao aprendizado e ao desenvolvimento pessoal e intelectual. Dirijo um agradecimento especial à minha orientadora, Professora Luciana Santana, por sua inestimável confiança e apoio ao longo deste percurso. Minha mais profunda gratidão por acreditar em mim até mesmo nos momentos em que eu mesma duvidava das minhas capacidades. Você foi uma das raras pessoas que acreditaram no meu potencial sem exigir a constante performance de uma intelectualidade como condição para merecer seu apoio. Essa confiança generosa foi essencial para que eu encontrasse forças para transformar dúvidas em realizações. Obrigada por acolher minhas ideias, ainda que por vezes ousadas e desafiadoras, com paciência e

compreensão, e por estar sempre presente como uma guia inspiradora e solidária. Sua dedicação e incentivo foram fundamentais para que eu pudesse trilhar essa jornada com coragem e determinação. Sou imensamente grata por tudo que você fez por mim e por sua crença inabalável no meu crescimento.

Às professoras e professores, manifesto meu mais profundo agradecimento. À professora Joyce Martins, cujas críticas construtivas foram fundamentais nas etapas finais deste percurso acadêmico, e às professoras Fernanda Feijó, Jordânia e ao professor Júlio César, cuja energia e condução impecável foram fontes de inspiração inestimáveis, transformando minha visão sobre a docência e ampliando significativamente minha perspectiva acadêmica.

Às companheiras de inúmeras pesquisas, Ary, Laura e Luiza, expresse minha gratidão pela partilha e pelo apoio constante ao longo de todo o processo. Com cada uma de vocês, cresci não apenas como estudante, mas também como ser humano. À Laura, em especial, minha eterna admiração por me conduzir com generosidade e paciência, ensinando-me os caminhos da pesquisa – sou, sem dúvida, sua admiradora incondicional! À Carol Maia, minha primeira monitora, dedico um agradecimento especial pelo amparo nos momentos mais difíceis da faculdade, especialmente após minha cirurgia, quando ela transcrevia pacientemente meus áudios. Minha gratidão é eterna por sua dedicação e generosidade.

Aos amigos que, com paciência e compreensão, aceitaram minhas ausências em momentos de lazer devido às exigências acadêmicas e que, ainda assim, nunca desistiram de mim, meu mais sincero reconhecimento e carinho.

Cada pessoa aqui mencionada, assim como tantas outras que contribuíram para a construção da minha trajetória, ocupa um lugar especial na minha história. Este trabalho é, de certo modo, uma homenagem a todas essas contribuições, uma verdadeira tapeçaria tecida com os fios da generosidade, do apoio mútuo e da crença no potencial humano. A todos, registro minha mais profunda e sincera gratidão.

**"Quando as mulheres negras se movem,
toda a estrutura da sociedade se move com
elas." (Angela Davis).**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da distribuição de mulheres negras eleitas por município em 2024	25
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de mulheres negras (pretas e pardas) candidatas no recorte de 2016, 2020 e 2024	24
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

PT - Partido Trabalhista

MNU - Movimento Negro Unificado

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

PP - Partido Progressista

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

ART - Artigo

LGBTQIAP+ - Lésbicas, Gays, Bissexual, Transexual, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual, Não-binárias e mais.

FEFC - Fundo Especial de Financiamento de Campanhas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. ANÁLISE HISTÓRICA E ESTRUTURAL DE MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA BRASILEIRA	17
2.1 Histórico e Avanços na Inclusão Política	18
2.2 Movimentos Feministas Negros e a Luta por Representação	18
2.3 Políticas de Cotas e Limitações Estruturais	19
2.4 Desafios Persistentes e Estratégias para a Inclusão	20
3. MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA ALAGOANA	21
3.1 As Primeiras Candidaturas Femininas em Alagoas	22
3.2 Panorama Atual	23
3.3 Estudo de caso	26
4. DESAFIOS INSTITUCIONAIS NA POLÍTICA PARTIDÁRIA EM ALAGOAS...	29
4.1. Falta de Representatividade	30
5. A LUTA PELA REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DAS MULHERES NEGRAS: DESAFIOS E RESISTÊNCIAS	32
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
7. REFERÊNCIAS	36

MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA ALAGOANA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

BLACK WOMEN IN ALAGOAS POLITICS: CHALLENGES AND PROSPECTS

Tatyane Tais Nascimento Marques dos Santos¹

RESUMO: A representatividade de mulheres negras na política brasileira, especialmente em Alagoas, enfrenta desafios marcados pelo racismo estrutural e pelo sexismo, que limitam o acesso e a inclusão nos espaços de poder. Este artigo analisa como a exclusão histórica de mulheres negras na política reflete desigualdades interseccionais e destaca a relevância do Movimento Feminista Negro como resposta articulada a essas barreiras. A teoria da interseccionalidade é utilizada para compreender as múltiplas dimensões de opressão enfrentadas por essas mulheres. Especificamente, a pesquisa concentra-se no poder legislativo municipal dos 102 municípios do estado de Alagoas, abrangendo os pleitos de 2016, 2020 e 2024. Esse recorte permite analisar de forma mais aprofundada a evolução da participação política de mulheres negras nesses contextos, avaliando o impacto de iniciativas políticas, institucionais e sociais ao longo dos últimos anos. As trajetórias políticas de figuras como Fátima Santiago e Alycia da Bancada Negra são exploradas para ilustrar os desafios institucionais e estruturais enfrentados, incluindo a falta de apoio financeiro e político, bem como as violências direcionadas. Argumenta-se que a ausência de políticas afirmativas efetivas e de iniciativas internas nos partidos políticos contribui para a sub-representação dessas mulheres. O estudo conclui que enfrentar o racismo institucional, promover redes de apoio e implementar políticas públicas integradas que considerem as desigualdades de raça e gênero são medidas urgentes para ampliar a inclusão de mulheres negras nos espaços de decisão política. A adoção de tais estratégias em Alagoas, especialmente no nível municipal, é essencial para assegurar uma representatividade mais equitativa e plural nos processos democráticos.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Política; Eleições; Desafios; Perspectivas.

ABSTRACT: The representation of Black women in Brazilian politics, particularly in Alagoas, faces challenges marked by structural racism and sexism, which limit access to and inclusion in spaces of power. This article examines how the historical exclusion of Black women from politics reflects intersectional inequalities and highlights the relevance of the Black Feminist Movement as a coordinated response to these barriers. The theory of intersectionality is used to understand the multiple dimensions of oppression faced by these women. Specifically, the research focuses on the municipal legislative power across the 102 municipalities of the state of Alagoas, covering the elections of 2016, 2020, and 2024. This focus allows for a more in-depth analysis of the evolution of Black women's political participation in these contexts, assessing the impact of political, institutional, and social initiatives over recent years. The political trajectories of figures such as Fátima Santiago and Alycia from the Black Caucus are explored to illustrate the institutional and structural challenges they face, including the lack of financial and political support as well as targeted violence. It is argued

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas

that the absence of effective affirmative policies and internal initiatives within political parties contributes to the underrepresentation of these women. The study concludes that addressing institutional racism, fostering support networks, and implementing integrated public policies that consider racial and gender inequalities are urgent measures to enhance the inclusion of Black women in decision-making spaces. The adoption of such strategies in Alagoas, particularly at the municipal level, is essential to ensure more equitable and plural representation in democratic processes.

Keywords: Black Women; Politics; Elections; Challenges; Perspectives.

1. INTRODUÇÃO

Em 2024, dos 5.188 candidatos a vereador em Alagoas, apenas 34,5% eram mulheres, e menos de 10% dessas mulheres conseguiram eleger-se. Entre elas, as mulheres negras enfrentaram barreiras ainda maiores, como candidaturas subfinanciadas e violência política. Esse cenário evidencia uma disparidade alarmante entre a demografia do estado e sua representação política, refletindo séculos de exclusão sistemática. Este artigo investiga como essas barreiras institucionais continuam a marginalizar mulheres negras no cenário político alagoano e quais estratégias podem ser implementadas para reverter essa realidade. Em uma sociedade onde a população negra representa mais da metade dos habitantes, a sub-representação de mulheres negras nas esferas políticas revela uma significativa disparidade entre a composição demográfica e a ocupação dos espaços de poder. Esse cenário, em Alagoas, assume contornos particularmente desafiadores, pois, apesar dos avanços ocorridos nas últimas décadas, a representatividade dessas mulheres na política partidária permanece restrita. Tal realidade levanta questionamentos sobre os mecanismos institucionais, culturais e estruturais que perpetuam o distanciamento de mulheres negras dos espaços políticos, limitando sua participação ativa e voz nas decisões governamentais e partidárias. Vale salientar que neste artigo falamos de mulheres negras incluindo pardas e pretas como indica o texto do Inciso IV do parágrafo 1 do artigo 1º:

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Parágrafo único. Para efeito deste Estatuto, considera-se:

IV – população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga. (Art. 1, § 1, inc. IV do Estatuto da Igualdade Racial - Lei 12.288/10)

A presente investigação orienta-se pela questão de pesquisa: **Quais são os principais desafios institucionais enfrentados por mulheres negras na política partidária em Alagoas?** O exame dessa questão objetiva a compreensão das barreiras específicas que dificultam a inclusão e a permanência de mulheres negras na política, com foco na análise da estrutura partidária, nas práticas internas e nos mecanismos de financiamento e apoio. A relevância de uma análise centrada nos obstáculos institucionais se faz clara quando se considera que os partidos políticos, enquanto espaços de poder e articulação, não apenas

refletem como reproduzem padrões de exclusão já enraizados na sociedade, incluindo o racismo estrutural e a desvalorização das candidaturas femininas e negras. Compreender essas barreiras, no contexto alagoano, permite uma análise precisa das particularidades que persistem e contribui para a formulação de estratégias que promovam a equidade na participação política.

A justificativa para este estudo fundamenta-se no compromisso com o fortalecimento da democracia representativa, visando assegurar que as instituições políticas espelham de maneira mais fidedigna a diversidade da população. A inclusão de mulheres negras no cenário político aumenta a diversidade de perspectivas. Essa diversidade permite a criação de políticas públicas mais alinhadas às necessidades de grupos historicamente marginalizados, reforçando a importância da representatividade. Alagoas, estado com profundas raízes sociais e culturais, apresenta-se como um caso exemplar para a análise das dinâmicas políticas que impactam a representatividade das mulheres negras. Acrescenta-se que, na literatura sobre a representatividade política feminina no Brasil, observa-se uma tendência à abordagem em nível nacional, relegando especificidades regionais e, especialmente, as experiências locais de mulheres negras. Este estudo, portanto, busca preencher essa lacuna, oferecendo uma análise aprofundada dos desafios institucionais que impactam a participação dessas mulheres no contexto alagoano, contribuindo para o debate sobre inclusão e representatividade.

Os objetivos deste estudo são delineados de maneira a garantir uma análise compreensiva dos fatores investigados. O objetivo geral é examinar os principais desafios institucionais que dificultam a participação de mulheres negras na política partidária em Alagoas. Para cumprir esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: (1) identificar e descrever os obstáculos institucionais enfrentados por mulheres negras em suas trajetórias políticas; (2) analisar as políticas partidárias e o papel das cotas de gênero e raça nos processos eleitorais e no apoio institucional; (3) investigar o impacto do racismo estrutural e das dinâmicas de poder na experiência política das mulheres negras; e (4) propor recomendações para o fortalecimento de políticas inclusivas que promovam maior participação e representatividade de mulheres negras no cenário político alagoano.

A metodologia empregada nesta pesquisa conjuga uma abordagem qualitativa com a análise de dados secundários, de modo a captar e compreender as nuances dos desafios institucionais enfrentados por mulheres negras na política partidária em Alagoas. A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pela possibilidade de apreender, através de entrevistas semiestruturadas, as experiências subjetivas e os relatos pessoais de mulheres negras que atuam ou atuaram na política, bem como de especialistas e líderes de movimentos sociais. As

entrevistas foram complementadas por uma análise de conteúdo, que permitiu a identificação de temas recorrentes, como obstáculos institucionais e o impacto do racismo estrutural. Simultaneamente, foram examinados dados secundários provenientes de fontes oficiais, como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)² e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³, que fornecem informações estatísticas sobre a representatividade feminina e negra. Esta combinação metodológica foi enriquecida pela análise documental dos estatutos partidários e políticas de inclusão, ampliando a compreensão dos entraves institucionais em pauta.

Em última instância, esta pesquisa visa oferecer uma análise minuciosa e embasada dos desafios institucionais enfrentados por mulheres negras na política partidária em Alagoas, proporcionando uma contribuição relevante para o debate sobre inclusão política e para o desenvolvimento de estratégias voltadas a promover uma representatividade mais inclusiva e equitativa.

2. ANÁLISE HISTÓRICA E ESTRUTURAL DE MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA BRASILEIRA

A inserção política das mulheres negras no Brasil é um tema que exige reflexão profunda e uma análise interseccional das dinâmicas de poder que estruturam a democracia. De acordo com Robert Dahl (2001), uma democracia plena requer a participação efetiva e equitativa de todos os cidadãos. No entanto, essa premissa permanece distante para as mulheres negras, historicamente marginalizadas por um sistema que combina racismo e sexismo. Kimberlé Crenshaw (2001), por meio da interseccionalidade, expõe como essas opressões se sobrepõem, criando barreiras únicas para grupos marginalizados. Nesse contexto, teóricas como Carole Pateman (1988) e Anne Phillips (1995) destacam que as hierarquias de poder nas estruturas políticas brasileiras perpetuam a exclusão, demandando políticas públicas integradas que enfrentam simultaneamente as desigualdades de raça e gênero.

2.1 Histórico e Avanços na Inclusão Política

A exclusão política das mulheres negras remonta ao período pós-abolição, quando, embora a escravidão tenha sido formalmente extinta, formas de marginalização continuaram a limitar a ascensão desses grupos. Racismo e machismo estruturais confinavam as mulheres negras ao trabalho doméstico e informal, afastando-as das arenas de poder. Enquanto as

² Dados estatísticos das eleições municipais do estado de Alagoas nos anos de 2016, 2020 e 2024.

³ Dados de geolocalização e população dos municípios alagoanos.

mulheres brancas começaram a conquistar direitos como o voto em 1932, as negras permaneceram à margem, uma exclusão sistemática⁴ que, como observa Sueli Carneiro (2011), é sustentada pelo racismo institucional⁵.

O sufrágio feminino foi um marco, mas beneficiou principalmente mulheres brancas e de classes altas. A primeira deputada federal, Carlota Pereira de Queirós⁶, eleita em 1934, reflete esse perfil elitista, reforçando a análise de Pitkin (1967) sobre representação descritiva, que não necessariamente implica inclusão democrática ampla. A teoria do contrato sexual de Pateman (1988) também ajuda a explicar como as normas sociais reforçaram a exclusão das mulheres negras, negando-lhes acesso a espaços políticos e públicos. Vale salientar que a primeira mulher eleita no Brasil foi Alzira Soriano, em um pequeno município do Rio Grande do Norte, primeiro estado a permitir disputas femininas.

A primeira conquista significativa de uma mulher negra na política foi a eleição de Antonieta de Barros⁷ como deputada estadual em 1934. Embora sua trajetória seja notável, sua experiência foi isolada, ilustrando as barreiras institucionais e sociais que persistem. Segundo Crenshaw (2001), a interseccionalidade das opressões raciais, de gênero e socioeconômicas limita a participação política de mulheres negras, perpetuando sua invisibilidade nas esferas de poder.

2.2 Movimentos Feministas Negros e a Luta por Representação

A partir da década de 1970, o Movimento Feminista Negro no Brasil^[1] emergiu para responder à exclusão das mulheres negras tanto do movimento feminista tradicional quanto do movimento negro. Lideranças como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro foram fundamentais para articular demandas específicas, teorizar sobre interseccionalidade e desvelar como o racismo e o sexismo estruturais excluem mulheres negras da cidadania plena.

⁴ Exclusão sistemática refere-se ao processo contínuo e estruturado de marginalização de determinados grupos em diferentes contextos sociais, econômicos e políticos, perpetuando desigualdades e limitando seu acesso a direitos e oportunidades.

⁵ Discriminação racial sistemática nas instituições, resultante de políticas e práticas que perpetuam desigualdades e dificultam o acesso de grupos racializados a direitos e oportunidades.

⁶ A primeira mulher eleita deputada federal no Brasil foi Carlota Pereira de Queirós, em 1934. Atuou até 1937 e apresentou projetos pioneiros na área social, como a criação de serviços sociais e a Casa do Jornaleiro.

⁷ Primeira deputada negra do Brasil e criou o Dia do Professor. Defendia a educação como ferramenta de transformação social, sendo eleita menos de 50 anos após a abolição e em um país marcado por preconceitos de raça, classe e gênero.

As obras de Angela Davis⁸ também influenciou o feminismo negro no Brasil, inspirando uma geração de acadêmicas e militantes a lutar por maior representatividade política e igualdade racial. Nesse cenário, o Movimento Negro Unificado (MNU) desempenhou um papel crucial na construção de estratégias para superar as desigualdades e ampliar o acesso das mulheres negras ao poder político.

2.3 Políticas de Cotas e Limitações Estruturais

Apesar de representarem um avanço importante, as políticas de cotas enfrentam limitações que variam de acordo com o contexto regional. Em estados como Alagoas, com uma história de exclusão social profunda, essas barreiras tornam-se ainda mais evidentes. A ausência de políticas afirmativas robustas e de apoio institucional efetivo reflete as dificuldades estruturais que perpetuam a sub-representação de mulheres negras na política local. Essas dinâmicas serão exploradas na seção seguinte, com foco nos desafios específicos enfrentados no contexto alagoano.

A introdução das cotas eleitorais para mulheres em 1997 foi um avanço, mas os resultados para as mulheres negras foram limitados. Embora a lei exigisse que 30% das candidaturas fossem femininas, na prática, essas vagas foram ocupadas majoritariamente por mulheres brancas. O conceito de candidaturas laranja⁹ ilustra como os partidos resistem a mudanças estruturais reais, perpetuando a exclusão das negras de posições competitivas.

Além disso, o sistema eleitoral brasileiro de lista aberta, onde os eleitores votam diretamente em candidatos e não em partidos, favorece dinâmicas clientelistas¹⁰ que marginalizam candidaturas femininas, especialmente de mulheres negras. As cotas são um passo importante, mas insuficientes para transformar profundamente o sistema político.

Em Alagoas, as políticas de cotas enfrentam desafios adicionais em comparação a outros estados brasileiros. Dados do TSE revelam que, embora 65,3% das candidaturas femininas em 2024 tenham sido de mulheres negras, apenas 51,6% das eleitas pertencem a esse grupo, refletindo a sub-representação nos resultados finais. Estados como São Paulo, que

⁸ Filósofa, ativista e defensora dos direitos das mulheres e da população negra nos EUA desde os anos 1960. Influenciada pelo marxismo e pelo feminismo negro, destaca a interseccionalidade entre racismo e misoginia nas opressões vividas por mulheres negras.

⁹ Candidaturas de fachada usadas para desviar recursos do Fundo Eleitoral, envolvendo candidatos sem intenção real de se eleger, com o objetivo de beneficiar ilegalmente outros partidos ou candidatos.

¹⁰ Práticas em que candidatos trocam favores e recursos por votos, criando uma relação de dependência entre políticos e eleitores. No sistema eleitoral brasileiro de lista aberta, isso favorece candidatos com mais poder econômico e redes de apoio, marginalizando candidaturas femininas, especialmente de mulheres negras, que enfrentam barreiras no acesso a esses recursos. Essas práticas enfraquecem a representatividade política e perpetuam desigualdades.

contam com maior mobilização de movimentos feministas negros e recursos partidários, apresentam números mais favoráveis. Essa discrepância sugere que, em Alagoas, além das cotas, é essencial fortalecer redes de apoio e promover campanhas voltadas para a conscientização sobre a importância da representatividade.

2.4 Desafios Persistentes e Estratégias para a Inclusão

Os desafios enfrentados pelas mulheres negras na política brasileira refletem barreiras históricas e institucionais que continuam a limitar sua representação. O racismo estrutural e as desigualdades históricas moldam as barreiras enfrentadas por mulheres negras. Esses obstáculos destacam como práticas excludentes persistem nas instituições. Para Carneiro (2003), dismantlar essas estruturas requer não apenas ações afirmativas, mas também a transformação das bases culturais e institucionais que sustentam essas desigualdades.

Além disso, a ausência de redes de capital social e político agrava a exclusão. Robert Putnam (2000) argumenta que essas redes são essenciais para o engajamento cívico e político. Contudo, as mulheres negras continuam sub-representadas nessas dinâmicas, enfrentando desvantagens acumuladas que as afastam das eleições competitivas e do poder político efetivo.

A inclusão política das mulheres negras exige a implementação de políticas que combinem gênero e raça, enfrentando as desigualdades de forma integrada. Além disso, é crucial fomentar a educação política e o fortalecimento de lideranças negras femininas, promovendo acesso a recursos e oportunidades dentro dos partidos políticos.

A reforma do sistema eleitoral também é necessária para reduzir a competição interna nos partidos e ampliar o impacto das cotas. Modelos de listas fechadas com paridade de gênero e raça, como implementados em outros países, podem ser alternativas viáveis para democratizar a representação.

Esses desafios históricos refletem dinâmicas estruturais que ainda persistem em diversas regiões do Brasil, incluindo Alagoas. O estado, conhecido por suas desigualdades sociais marcantes, oferece um estudo de caso emblemático das dificuldades enfrentadas por mulheres negras na busca por inclusão política. A seguir, analisaremos como estes desafios se manifestam na realidade alagoana, com ênfase nas experiências locais e trajetórias de lideranças políticas negras.

3. MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA ALAGOANA

Alagoas ainda reflete grandes disparidades em termos de representatividade racial e de gênero, com a participação de mulheres negras permanecendo limitada. Uma análise recente das mulheres negras atualmente ocupando cargos eletivos no estado, como vereadoras ou deputadas, revela que sua presença ainda é escassa em comparação com outros estados que têm implementado políticas mais robustas de incentivo à inclusão. A sub-representação é evidente em diversas esferas de poder, e a ausência de figuras proeminentes nas lideranças políticas alagoanas indica barreiras históricas e estruturais que dificultam o acesso e a permanência dessas mulheres na política.

A falta de mulheres negras em cargos de liderança política em Alagoas pode ser atribuída a uma série de fatores, entre eles o racismo estrutural, a discriminação de gênero e a elitização dos espaços políticos. O sistema político¹¹ e partidário¹² muitas vezes prioriza candidatos que possuem mais recursos financeiros, redes de apoio e visibilidade pública, o que desfavorece candidaturas negras e femininas, principalmente de mulheres vindas de contextos sociais mais vulneráveis. Essa situação se reflete na ausência de candidaturas de sucesso ou mesmo na baixa quantidade de campanhas lideradas por mulheres negras.

Algumas figuras públicas, como Almerinda Farias Gama, Fátima Santiago e Alycia da Bancada Negra, são exemplos de mulheres que buscaram romper essas barreiras. Almerinda Farias Gama, uma das primeiras mulheres negras a se engajar politicamente no Brasil, é uma figura histórica cujo legado de luta pela inclusão política ainda é referência. Já Fátima Santiago, vereadora em Maceió, enfrentou desafios não apenas relacionados ao racismo, mas também ao machismo que perpassa o ambiente legislativo. Por outro lado, novas lideranças como Alycia, mulher negra, professora, lesbica e em 2024 candidata a vereadora como representante da Bancada Negra (PT) que está emergindo com discursos fortes contra a opressão e em defesa de políticas públicas que contemplem as demandas da população negra e LGBTQIAP+.

Embora existam algumas políticas de incentivo à inclusão, como cotas para candidaturas de mulheres e pessoas negras, o impacto dessas medidas em Alagoas tem sido limitado. Falta uma articulação mais robusta para promover a participação de mulheres negras

¹¹ A estrutura e os processos pelos quais o poder é organizado, exercido e controlado em um país. Ele envolve as instituições políticas, como o governo, o parlamento, o judiciário, e os mecanismos de tomada de decisão e participação cidadã.

¹² O conjunto de partidos políticos em um país, suas interações, e as regras que regulam sua formação, funcionamento e participação nas eleições. O sistema partidário determina como os partidos competem por apoio popular e representação política, influenciando a dinâmica política e as políticas públicas.

no cenário político, o que evidencia a necessidade de políticas mais efetivas e campanhas de conscientização sobre a importância da diversidade na política.

Esse panorama aponta para os desafios institucionais que se manifestam dentro das estruturas partidárias e eleitorais em Alagoas, o que será explorado na próxima subseção.

3.1 As Primeiras Candidaturas Femininas em Alagoas

A trajetória das candidaturas femininas em Alagoas ilustra de forma contundente os desafios e limitações enfrentados pelas mulheres ao longo do processo de inserção na esfera política. Durante as primeiras eleições abertas à participação feminina, após a conquista do direito ao voto em 1932, as barreiras estruturais e culturais eram consideráveis, com o espaço público e político amplamente dominado por homens brancos. No entanto, mulheres pioneiras como Lily Lages desafiaram essas normas patriarcais, buscando transformar a configuração do poder no estado. Lages, eleita a primeira deputada estadual em 1934, foi um marco na história política de Alagoas, destacando-se não apenas por sua atuação legislativa, mas também por seu ativismo em defesa dos direitos das mulheres e da saúde pública, especialmente por meio de emendas que destinavam parte significativa do orçamento estadual para esses fins (CHALITA, 2021, p. 64-69).

Apesar desses avanços, o contexto político alagoano permaneceu profundamente excludente para mulheres negras, cujas candidaturas eram praticamente inexistentes. Isso reflete o que Carole Pateman (1988) define como uma participação meramente simbólica¹³ nas democracias liberais¹⁴, onde a inclusão formal não se traduz em uma representação efetiva de todos os segmentos sociais. Enquanto as primeiras candidatas femininas em Alagoas eram majoritariamente brancas e provenientes de famílias políticas tradicionais, com acesso privilegiado ao capital social necessário para navegar no ambiente político, as mulheres negras enfrentam uma dupla marginalização, conforme argumenta Kimberlé Crenshaw (2001) em sua teoria da interseccionalidade.¹⁵ Essa marginalização resultava tanto do racismo quanto

¹³ Refere-se à inclusão de determinados grupos na política ou em processos democráticos de maneira superficial, sem que haja uma verdadeira representação ou poder de decisão. Ou seja, esses grupos podem ter a aparência de participação, mas não influenciam de forma significativa as políticas ou as decisões

¹⁴ Sistemas políticos baseados na ideia de direitos individuais, liberdade de expressão, eleições livres e separação dos poderes. No entanto, mesmo em democracias liberais, a igualdade real de acesso e participação política pode ser limitada, como no caso das mulheres negras, que ainda enfrentam barreiras estruturais à plena representação e poder político.

¹⁵ Analisa como diferentes formas de opressão, como racismo e sexismo, se combinam e afetam indivíduos que pertencem a múltiplas identidades marginalizadas. Crenshaw argumenta que mulheres negras, por exemplo, enfrentam uma discriminação dupla, o que gera experiências únicas de exclusão. Essa teoria destaca a importância de considerar a sobreposição de identidades na análise das desigualdades sociais.

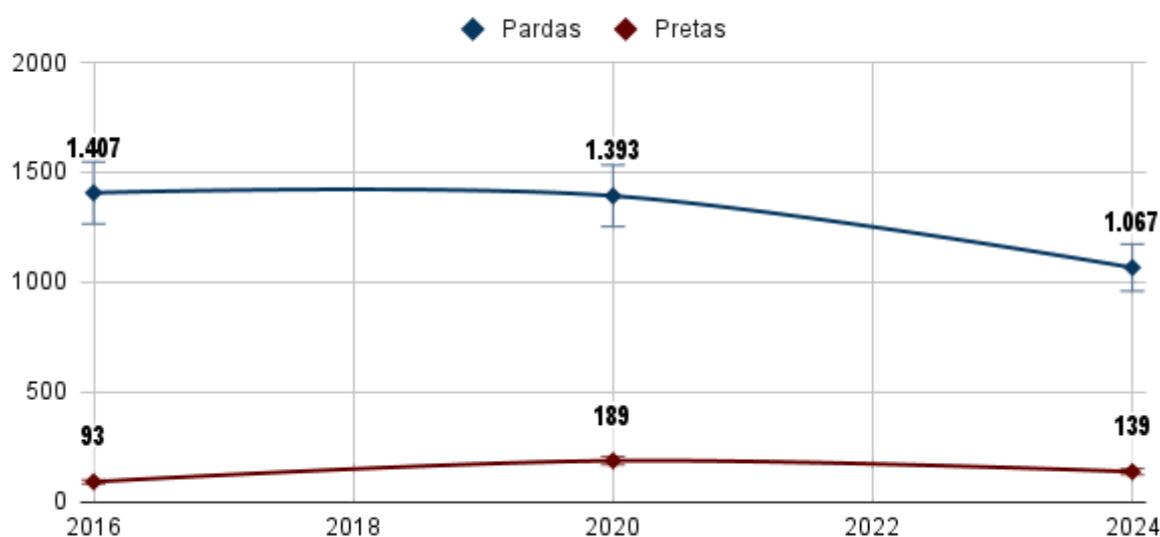
do sexismo, dificultando seu ingresso e sucesso nas arenas de poder, um fenômeno que perdura até os dias atuais, como evidenciado pela baixa representatividade de mulheres negras nas eleições alagoanas, com apenas 22.97% das candidaturas ao Legislativo Municipal em 2020.

A análise das primeiras candidaturas femininas em Alagoas, portanto, revela a perpetuação de uma política oligárquica e elitista, onde a presença de algumas mulheres não foi suficiente para alterar substancialmente a estrutura de poder. Como observado por Hanna Pitkin (1967), a verdadeira representação vai além da mera presença descritiva e requer que as eleitas atuem em prol dos interesses dos grupos que representam. No caso alagoano, a ausência de políticas substantivas que atendam às demandas das mulheres negras reflete a exclusão histórica e a necessidade de reformas que abordem não apenas a questão de gênero, mas também as desigualdades raciais e de classe que continuam a moldar a participação política no estado.

3.2 Panorama Atual

O cenário político em Alagoas revela uma sub-representação significativa de mulheres negras em cargos de poder. A inclusão de informações específicas sobre raça/cor, disponível apenas a partir de 2014, constitui um marco para a pesquisa em ciência política, permitindo o aprofundamento das discussões sobre desigualdades raciais e a sub-representação de grupos historicamente marginalizados no espaço político. A análise dos dados sobre raça/cor nas eleições municipais de 2016, 2020 e 2024 revela-se fundamental para compreender a evolução da representatividade política no Brasil, especialmente após a implementação de mecanismos de transparência pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ao delimitar este recorte temporal, considera-se a relevância das eleições municipais como expressão do vínculo entre eleitores e representantes, além de sua centralidade na formação de lideranças políticas locais, frequentemente ponto de partida para trajetórias políticas em âmbitos estaduais e federais. Essa abordagem busca evidenciar tendências, desafios e avanços relacionados à inclusão de candidaturas negras, contextualizando os dados em um panorama histórico e normativo mais amplo.

Gráfico 1: Total de mulheres negras (pretas e pardas) candidatas no recorte de 2016, 2020 e 2024.



Fonte: Elaborado pela autora com dados do TSE. (2024)

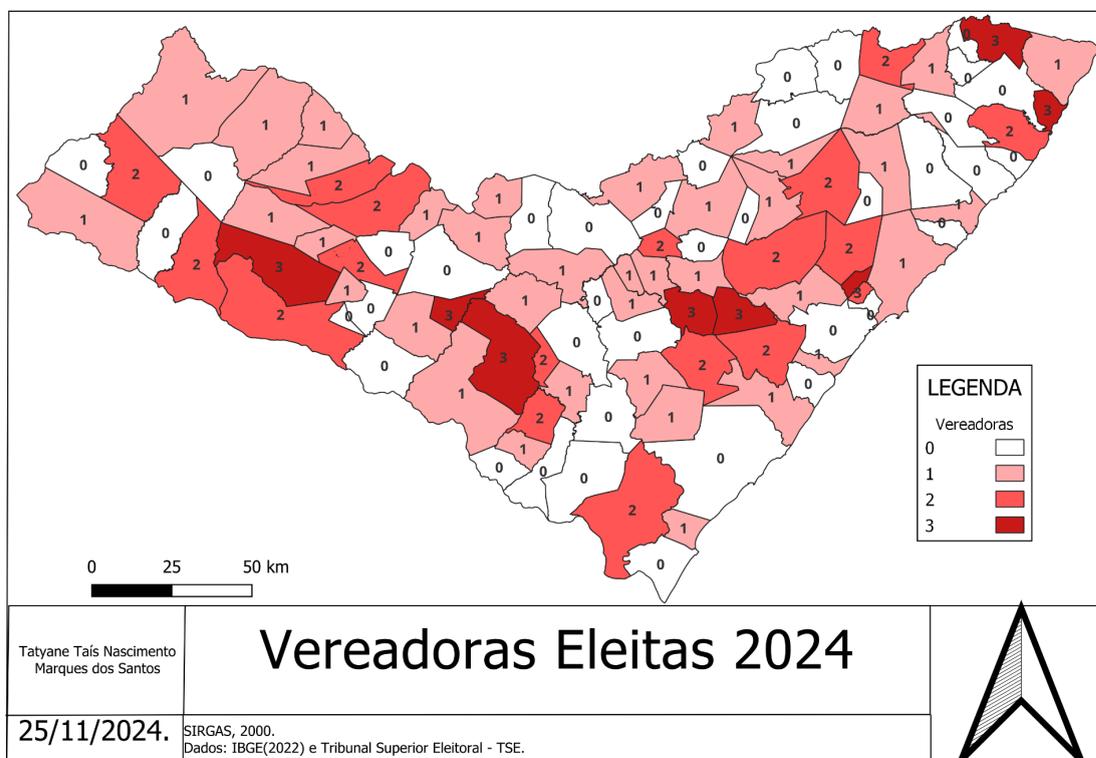
Em 2016, 88 mulheres negras foram eleitas, enquanto em 2020 esse número aumentou para 96, com destaque para a reeleição de 36 delas. Essa elevação reflete um avanço, embora ainda insuficiente, na consolidação de uma representatividade mais inclusiva. Ressalta-se que, em ambos os pleitos, a maioria das eleitas possuía Ensino Superior Completo, evidenciando a relevância da qualificação educacional no cenário político, especialmente entre mulheres negras que enfrentam desafios interseccionais no acesso a espaços de poder.

Esses avanços na representatividade, embora limitados, tornam-se ainda mais significativos ao se analisar o perfil das mulheres negras eleitas, que revela transformações geracionais, profissionais e partidárias no cenário político. O perfil etário das mulheres negras eleitas nos pleitos de 2016 e 2020 revela uma renovação geracional, com predominância da faixa de 40 a 49 anos em 2016 e de 30 a 39 anos em 2020. Profissionalmente, a ocupação de Servidora Pública manteve-se majoritária, embora 2020 tenha registrado maior diversidade com o aumento de profissionais da saúde e comerciantes, ampliando o espectro de experiências representadas no Legislativo municipal. Partidos políticos tradicionais de centro-direita, direita e extrema-direita, como MDB, PP, PSDB e PTB, lideraram o apoio a essas candidaturas, embora se observe um crescimento na participação de mulheres negras nesses espectros. O financiamento de campanhas evidencia desigualdades de gênero e raça, com mulheres negras eleitas apresentando menor média de gastos em comparação a mulheres

não negras e homens, reforçando as barreiras estruturais que dificultam a competitividade eleitoral.

Em 2024, o estado elegeu um número modesto de mulheres negras para cargos de vereadoras. O levantamento de dados a partir do portal do TSE indica que no pleito de 2024, Alagoas registrou um total de 5.188 candidatos ao cargo de vereador, dos quais 1.788 eram mulheres, representando aproximadamente 34,5% das candidaturas. Entre as candidatas femininas, 1.167 (65,3%) se autodeclararam negras. Esses números demonstram que as mulheres negras constituem uma parcela expressiva das mulheres candidatas, embora ainda estejam longe de alcançar a paridade de gênero e raça no total de candidaturas. No entanto, ao observar os resultados das eleições, verifica-se que das 190 mulheres eleitas, apenas 98 (51,6%) são negras, e destas, 43 já ocupavam o mandato anterior, evidenciando a dificuldade de novas candidatas negras em conquistarem espaço político. Por outro lado, 902 homens foram eleitos, dos quais 481 já ocupavam cargos legislativos, reafirmando o domínio masculino nas esferas de poder local.

Figura 1: Mapa da distribuição de mulheres negras eleitas por município em 2024.



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

A análise dos relatórios financeiros das campanhas de 2024 em Alagoas demonstra que as candidaturas de mulheres negras continuam subfinanciadas. Enquanto o custo médio das campanhas dos vereadores eleitos foi de R\$250.000, candidatas negras tiveram uma média de R\$140.000, dependendo majoritariamente de recursos partidários. Em contraste, candidatos homens de partidos conservadores obtiveram financiamento adicional significativo por meio de doações individuais e redes empresariais, destacando a exclusão econômica das mulheres negras. Essa desvantagem não apenas reduz sua competitividade, mas também limita sua capacidade de engajamento comunitário e visibilidade durante as campanhas.

A distribuição das mulheres negras eleitas nas Câmaras Municipais alagoanas expõe disparidades significativas entre os municípios, evidenciando desafios estruturais na representatividade política. Enquanto Maceió, a capital, elegeu apenas uma mulher negra, cidades menores como Jacuípe e Jaramataia destacaram-se com três eleitas cada, contrastando com municípios como Coqueiro Seco, Coruripe e São Miguel dos Milagres, onde nenhuma mulher foi eleita.

Essa desigualdade reflete barreiras institucionais e históricas, como a aplicação limitada das cotas de gênero, a disputa interna por recursos de campanha e a interseção de desigualdades de gênero, raça e classe. Embora avanços sejam perceptíveis, a sub-representação persistente ressalta a necessidade de políticas afirmativas mais efetivas e mobilização social para consolidar a inclusão de mulheres negras nos espaços de poder.

3.3 Estudo de caso

Para aprofundar a análise dos desafios institucionais enfrentados por mulheres negras na política partidária em Alagoas, este trabalho examina as trajetórias de Fátima Santiago e Alycia da Bancada Negra. Essas lideranças representam diferentes contextos de atuação e ilustram, de maneira complementar, os obstáculos impostos pelas estruturas partidárias e sociais. Enquanto Fátima evidencia os desafios enfrentados por lideranças consolidadas, Alycia destaca as dificuldades para novas candidaturas, especialmente aquelas que questionam o *status quo*. Ambas as experiências reforçam os argumentos centrais deste estudo.

O estudo de caso desta seção foca nas trajetórias políticas de mulheres negras em Alagoas, destacando candidaturas e campanhas relevantes, como as de Fátima Santiago e Alycia da Bancada Negra. Essas figuras públicas, embora enfrentam diversos desafios, trazem à tona a complexidade dos obstáculos institucionais, partidários e eleitorais que limitam o acesso e a permanência de mulheres negras na política. A análise busca entender como essas

candidaturas lidam com as barreiras estruturais e quais estratégias foram adotadas para enfrentar a exclusão e ampliar a representatividade.

Nesse contexto, a análise da trajetória política de Fátima Santiago oferece uma lente privilegiada para compreender as dinâmicas de exclusão e resistência enfrentadas por mulheres negras em Alagoas, aprofundando as discussões sobre os desafios e estratégias que moldam suas candidaturas e mandatos.

A eleição de Fátima Santiago como única vereadora negra em Maceió em 2024 revela dinâmicas importantes sobre desigualdades estruturais e institucionais no cenário político local. Médica formada pela Universidade Federal de Alagoas e natural de Cabo Verde, África, Fátima é reconhecida por sua longa trajetória de atuação junto a movimentos sociais, com ênfase em pautas comunitárias, feministas e anti discriminatórias. Eleita pela primeira vez em 2004 pelo PTB, sua transição por diferentes partidos — incluindo PP, PV e, atualmente, MDB — evidencia a busca por estratégias que equilibrassem seu compromisso com pautas progressistas e as exigências pragmáticas de sobrevivência política em um ambiente partidário predominantemente centrado em interesses conservadores.

Comparando os resultados de sua campanha com os de dois colegas vereadores reeleitos pelo MDB, as desigualdades de financiamento e resultados eleitorais tornam-se evidentes. Fátima Santiago alcançou 6.257 votos com um orçamento de campanha de R\$207.407,41, dos quais a maior parte (R\$200.000,00) foi financiada por fundos partidários nacional e estadual. Em contraste, o vereador mais votado do MDB, reeleito com 14.038 votos, contou com um orçamento de campanha semelhante, de R\$208.525,40. Um segundo colega reeleito alcançou 9.840 votos, mas mobilizou recursos significativamente maiores, totalizando R\$353.146,53.

Esses dados sugerem que, embora Fátima Santiago tenha obtido apoio financeiro competitivo em termos relativos, sua votação reflete barreiras adicionais enfrentadas por mulheres negras em um contexto político que historicamente marginaliza suas candidaturas. A disparidade no número de votos, mesmo entre candidatos do mesmo partido, aponta para a necessidade de uma análise mais ampla das variáveis que influenciam a competitividade eleitoral, como capital social, histórico político e acesso a redes de apoio.

Fátima Santiago continua sendo uma figura de resistência e representatividade em Maceió, especialmente ao considerar que, em um município de expressiva diversidade racial, sua eleição contrasta com a sub-representação histórica de mulheres negras no Legislativo municipal. Contudo, sua trajetória também destaca os desafios persistentes na luta por equidade política, reafirmando a importância de políticas afirmativas robustas e a mobilização

contínua da sociedade civil para transformar estruturas excludentes que ainda predominam no cenário eleitoral.

Ambas as trajetórias de Fátima Santiago e Alycia da Bancada Negra exemplificam, de formas distintas, a luta incessante das mulheres negras por representatividade política, enfrentando desafios estruturais e institucionais, mas também ressaltando a força de suas candidaturas como símbolos de resistência e transformação social em um contexto político ainda marcado pela exclusão. Ela emerge como uma figura de potência e resiliência em um cenário político marcado por profundas desigualdades estruturais e institucionais. Professora negra, lésbica, periférica e ativista, sua candidatura transcende os números da eleição e se afirma como um símbolo de resistência e representatividade em um ambiente historicamente hostil às mulheres negras.

Com uma campanha financiada principalmente por recursos partidários, no total de R\$139.181,88, Alycia conquistou 3.025 votos, sendo a segunda mais votada do Partido dos Trabalhadores (PT) e suplente, superando, em votação, outras candidatas com orçamentos superiores. Esse desempenho evidencia sua força política, mesmo frente às assimetrias de financiamento e à falta de apoio de doações individuais, comparadas a outras candidaturas. Além dos desafios econômicos, Alycia enfrentou ataques diretos à sua dignidade e segurança. Poucas semanas antes do pleito, foi alvo de ameaças anônimas de estupro e morte, além de insultos racistas e misóginos. Essas agressões, amplamente utilizadas para intimidar e silenciar mulheres negras na política, reforçam a necessidade urgente de ações que protejam candidaturas vulneráveis e combatam práticas de violência política de gênero e raça.

A mobilização do Instituto do Negro de Alagoas e da Bancada Negra, que se reuniram com autoridades eleitorais para exigir medidas concretas, demonstra a força coletiva em defesa de Alycia e de todas as mulheres negras que ousam ocupar espaços de poder. A sua trajetória exemplifica o poder transformador de candidaturas que desafiam as estruturas excludentes. Mesmo sem conquistar a cadeira no Legislativo, sua campanha catalisa debates cruciais sobre representatividade, enfrentamento ao racismo e violência política, inspirando futuras lideranças. Ela representa não apenas a esperança de uma política mais inclusiva, mas também a luta contínua por justiça e igualdade em um sistema que ainda marginaliza corpos e vozes periféricas.

As trajetórias políticas de Fátima Santiago e Alycia da Bancada Negra não apenas evidenciam os obstáculos estruturais enfrentados pelas mulheres negras na política de Alagoas, mas também ressaltam a força, a resiliência e a busca por uma maior representatividade em um ambiente historicamente excludente. Enquanto Fátima desafia as

limitações do sistema partidário e a disparidade no financiamento de campanha com sua longa trajetória de atuação política e compromisso com pautas progressistas, Alycia, como professora, ativista e defensora dos direitos humanos, expõe as violências políticas específicas direcionadas às mulheres negras, como ameaças físicas e agressões racistas e misóginas. Ambas as candidaturas representam formas de resistência e de uso da política como ferramenta de transformação social, com Fátima conquistando a única cadeira de vereadora negra em Maceió, enquanto Alycia, embora não tenha sido eleita, catalisa um debate crucial sobre as desigualdades raciais e de gênero. As experiências dessas duas figuras públicas ilustram as barreiras enfrentadas pelas mulheres negras na política, ao mesmo tempo em que revelam as estratégias de resistência adotadas para conquistar espaço em um cenário político que ainda marginaliza suas vozes.

Esse contexto nos leva a uma discussão mais ampla sobre os desafios institucionais dentro da política partidária em Alagoas, onde as estruturas partidárias, frequentemente conservadoras e exclusivas, dificultam a ascensão de candidaturas que buscam promover uma representatividade mais inclusiva e equitativa.

4. DESAFIOS INSTITUCIONAIS NA POLÍTICA PARTIDÁRIA EM ALAGOAS

É fundamental compreender como as estruturas partidárias e o contexto institucional afetam a trajetória das mulheres negras no cenário político. Embora as cotas de gênero representem um avanço importante para a promoção da igualdade na política, elas não garantem a inclusão efetiva de mulheres negras, que enfrentam barreiras adicionais relacionadas ao racismo institucional e à desigualdade de recursos. Essa seção aborda as principais dificuldades encontradas dentro dos partidos políticos em Alagoas, como a disputa pelas cotas, a falta de apoio específico para candidaturas negras, e o impacto do racismo e do machismo na distribuição de tempo de campanha e visibilidade.

Além disso, o racismo institucional manifesta-se na ausência de políticas afirmativas internas e no pouco incentivo a candidaturas de mulheres negras, que muitas vezes competem com mulheres brancas por espaços limitados. As análises de Richard S. Katz sobre a dinâmica interna dos partidos políticos em *Democracy and Elections* (1997) e *The Challenges of Intra-Party Democracy* (2018) e de Flávia Biroli sobre os desafios para a inclusão de grupos marginalizados, como mulheres e minorias em *Gênero e Desigualdade: Limites da Democracia no Brasil* (2016) e *Feminismo e Política* (2014), em coautoria com Luis Felipe Miguel, ajudam a entender como as hierarquias partidárias perpetuam desigualdades. O

objetivo desta seção é explorar como esses obstáculos moldam a experiência política das mulheres negras em Alagoas e dificultam a construção de uma representatividade mais inclusiva.

4.1. Falta de Representatividade

O racismo estrutural, ao lado do sexismo, influencia diretamente as dinâmicas institucionais, moldando as estruturas partidárias de maneira a dificultar o acesso de mulheres negras aos recursos e ao apoio necessário para uma participação política efetiva. Essas barreiras são reproduzidas em práticas como a distribuição desigual de tempo de campanha e a exclusão das candidaturas negras dos espaços decisórios, perpetuando um ciclo de invisibilidade e sub-representação.

A falta de representatividade de mulheres negras na política, especialmente no contexto de Alagoas, revela um problema estrutural profundamente enraizado nas dinâmicas internas dos partidos políticos e nas práticas institucionais que moldam o sistema eleitoral. Esse fenômeno reflete desigualdades raciais e de gênero que são reproduzidas no interior das estruturas partidárias brasileiras, limitando as oportunidades de acesso a cargos eletivos e perpetuando uma lógica de exclusão. A partir das análises de Richard S. Katz e Flávia Biroli, pode-se entender como os mecanismos internos dos partidos políticos e as hierarquias de poder influenciam negativamente a inclusão de grupos marginalizados, como mulheres negras, restringindo seu acesso aos recursos necessários para uma participação política efetiva.

De acordo com Katz, em *Democracy and Elections* (1997) e *The Challenges of Intra-Party Democracy* (2018), os partidos políticos operam com hierarquias internas que favorecem grupos estabelecidos e concentram o poder de decisão em elites partidárias. Essas estruturas dificultam o acesso de mulheres negras aos recursos necessários para disputar de forma competitiva em campanhas políticas, como financiamento, tempo de mídia e apoio partidário. A centralização das decisões e a predominância de grupos majoritariamente compostos por homens brancos nas instâncias de comando mantêm barreiras significativas para as candidaturas de mulheres negras, que são frequentemente marginalizadas nos processos decisórios e estratégicos das campanhas eleitorais.

Flávia Biroli, em *Gênero e Desigualdade: Limites da Democracia no Brasil* (2016), destaca que os partidos políticos no Brasil não apenas refletem, mas também reproduzem as desigualdades raciais e de gênero presentes na sociedade. As cotas de gênero, que

estabelecem a obrigatoriedade de 30% de candidaturas femininas, são frequentemente aplicadas de forma que beneficia mulheres brancas em detrimento das negras. Essas cotas, ao invés de garantirem uma diversidade racial, podem se tornar uma arena de competição onde mulheres negras enfrentam as barreiras adicionais impostas pelo racismo estrutural. Biroli aponta que a ausência de políticas afirmativas específicas e de suporte adicional dentro dos partidos contribui para a manutenção dessas desigualdades, uma vez que não há mecanismos que assegurem o acesso equitativo de mulheres negras aos espaços de poder.

No contexto alagoano, essas dinâmicas são evidentes e se traduzem em uma representatividade reduzida de mulheres negras nos cargos eletivos. As dificuldades para obter apoio interno se manifestam em campanhas com menor visibilidade, menos recursos financeiros e restrito tempo de mídia, o que afeta diretamente as chances de sucesso eleitoral. Como Katz argumenta em *The Challenges of Intra-Party Democracy* (2018), a distribuição desigual de poder e de recursos dentro dos partidos perpetua padrões de exclusão, mesmo quando existem regras formais para promover a igualdade. Isso ocorre porque os partidos, em sua maioria, não possuem mecanismos eficazes para democratizar o acesso a essas oportunidades, o que perpetua a sub-representação de grupos historicamente marginalizados.

Além disso, a análise de Biroli em *Feminismo e Política* (2014), revela que a ausência de redes de apoio político e a escassez de figuras públicas negras em posições de liderança são fatores que reforçam a exclusão dessas mulheres. A invisibilidade de mulheres negras em cargos de poder e a perpetuação de estereótipos racistas e sexistas dentro dos partidos e na sociedade ampliam os desafios enfrentados por essas candidaturas, que necessitam superar tanto a falta de apoio quanto os ataques discriminatórios durante suas campanhas.

Portanto, a falta de representatividade de mulheres negras na política partidária em Alagoas é um reflexo de obstáculos institucionais que persistem em um sistema que, apesar de formalmente democrático, continua a marginalizar grupos vulneráveis. O racismo e o sexismo operam de forma interseccional, limitando as oportunidades dessas mulheres e minando o potencial transformador das cotas de gênero. Para que se avance em direção a uma democracia mais inclusiva, é necessário que os partidos políticos adotem políticas internas que garantam não apenas o cumprimento formal das cotas, mas também assegurem a efetiva participação e inclusão de mulheres negras em posições de destaque. Isso exige uma revisão crítica das práticas internas e a implementação de medidas concretas para promover a equidade racial e de gênero dentro do sistema político.

5. A LUTA PELA REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DAS MULHERES NEGRAS: DESAFIOS E RESISTÊNCIAS

Historicamente, as mulheres negras no Brasil têm enfrentado múltiplas formas de exclusão e subalternidade, enraizadas em estruturas de desigualdade que combinam racismo, sexismo e exploração econômica. Contudo, tais condições não foram suficientes para impedir sua significativa atuação política e social na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Desde o período colonial, elas lideraram lutas de resistência contra a escravidão, articulando comunidades quilombolas e preservando práticas culturais e espirituais que asseguraram a continuidade das matrizes africanas. No período pós-abolição, continuaram na linha de frente em prol de melhores condições para a população negra, enfrentando o racismo institucionalizado e os desafios impostos pela exclusão econômica.

De acordo com Lélia Gonzalez (2020), a violência estrutural contra mulheres negras vai além da exclusão social e manifesta-se, sobretudo, em condições de trabalho marcadas pela precariedade. Historicamente relegadas ao serviço doméstico e outras ocupações de baixa remuneração, essas mulheres enfrentam uma exploração econômica que se soma à super exploração sexual, criando uma dupla opressão sustentada por um racismo estrutural. Gonzalez argumenta que essa lógica ideológica naturaliza a exploração dos corpos negros, perpetuando desigualdades que posicionam as mulheres negras na base da pirâmide social brasileira desde a era colonial.

Embora o FEFC tenha representado um avanço ao destinar recursos obrigatórios para candidaturas femininas, sua aplicação em Alagoas revelou lacunas importantes. Dados mostram que apenas 22% dos recursos femininos foram alocados para candidaturas de mulheres negras, enquanto o restante foi direcionado a mulheres brancas, muitas vezes com histórico político mais consolidado. Esse cenário contrasta com estados como Bahia, onde movimentos negros organizaram campanhas de fiscalização para pressionar partidos a respeitar a proporcionalidade racial no uso do fundo. Em Alagoas, a ausência de uma mobilização semelhante reforçou as desigualdades preexistentes, perpetuando a exclusão das candidaturas negras.

Apesar dessas adversidades, as mulheres negras têm desempenhado um papel central como agentes de transformação social e política. Organizações coletivas como clubes sociais, associações políticas e movimentos culturais protagonizaram momentos marcantes na luta por direitos e representatividade. O surgimento do Conselho Nacional de Mulheres Negras na década de 1950, por exemplo, mobilizou trabalhadoras domésticas e ampliou o debate sobre

desigualdades de raça e gênero. Essas iniciativas refletiram a capacidade de articulação interseccional das mulheres negras, desafiando o racismo no movimento feminista e o sexismo no movimento negro, e estabelecendo as bases para o feminismo negro.

Trajetórias emblemáticas como as de Almerinda Farias Gama, que denunciou a exclusividade elitista da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, e Antonieta de Barros, primeira deputada negra do Brasil, evidenciam o protagonismo dessas mulheres na política institucional. Embora historicamente sub-representadas, essas lideranças continuaram a pautar a inclusão e a equidade racial e de gênero, consolidando marcos históricos como o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (1988) e o 1º Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas (1992). Esses momentos reafirmaram a centralidade das mulheres negras na formulação de agendas transformadoras.

Entretanto, as desigualdades estruturais permanecem como barreiras significativas para a plena equidade racial e de gênero. Como destaca Sueli Carneiro (2011), o racismo e o sexismo continuam a moldar práticas sociais e institucionais, perpetuando a subalternidade das mulheres negras. Este cenário exige ações coordenadas para questionar os mecanismos de exclusão e promover a inclusão de mulheres negras nos espaços de decisão política.

O feminismo negro emerge como uma resposta crítica às limitações dos feminismos tradicionais e às dinâmicas de subordinação dentro dos movimentos antirracistas. A abordagem interseccional proposta por essa perspectiva redefine os paradigmas de justiça social e política, evidenciando como a sub-representação política não é apenas reflexo das desigualdades, mas um mecanismo ativo de silenciamento. Exemplos recentes, como as ameaças dirigidas à candidata a vereadora Alycia da Bancada Negra (PT), ilustram as múltiplas violências enfrentadas por mulheres negras que se candidatam a cargos políticos. Alycia foi alvo de e-mails anônimos contendo ameaças de estupro e morte, além de insultos racistas e misóginos. Esses ataques revelam como o ambiente político, especialmente no meio digital, é permeado por práticas racistas e machistas, frequentemente fomentadas por comunidades misóginas como os incels.

Mesmo para mulheres negras eleitas, os desafios persistem. A vereadora Fátima Santiago, por exemplo, enfrenta dificuldades para obter maior apoio eleitoral, apesar de sua atuação destacada e do orçamento de campanha relativamente robusto. Segundo Santiago, a barreira não se limita ao preconceito de gênero e raça, mas é ampliada pelo contexto histórico-cultural que marginaliza mulheres negras na política. Ela defende que uma política diversificada, que represente todas as cores, gêneros e origens, é essencial para uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Assim, a luta de mulheres como Marielle Franco, Alycia da Bancada Negra e Fátima Santiago é emblemática de um movimento mais amplo para resistir às estruturas coloniais que ainda moldam o poder no Brasil. A violência direcionada a essas mulheres, longe de ser acidental, reflete estratégias deliberadas para manter o status quo e restringir a participação de quem desafia as hierarquias estabelecidas. Ampliar a representatividade política das mulheres negras não é apenas uma questão de justiça social, mas um passo fundamental para dismantelar as bases do racismo e do patriarcado que ainda dominam a política brasileira.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida neste artigo evidenciou que as mulheres negras na política alagoana enfrentam desafios institucionais profundamente enraizados no racismo estrutural e no patriarcado, que se manifestam tanto nas dinâmicas intra-partidárias quanto nas práticas culturais e sociais que moldam a política brasileira. Esses desafios refletem uma histórica exclusão sistêmica, que transcende barreiras individuais e aponta para a necessidade de transformações estruturais e culturais nas instituições partidárias e no sistema político em geral.

A análise das trajetórias políticas de lideranças como Alycia da Bancada Negra e Fátima Santiago revelou que, embora existam avanços pontuais na representação de mulheres negras, a inclusão efetiva ainda é obstaculizada pela falta de apoio interno nos partidos, a ausência de recursos financeiros e de tempo de campanha adequados, e pela perpetuação de práticas que reforçam a hegemonia de homens brancos e, em menor escala, de mulheres brancas em posições de liderança. Esses fatores não apenas limitam as possibilidades de candidaturas viáveis, mas também perpetuam a exclusão dessas mulheres dos espaços de poder e decisão.

No contexto alagoano, esses desafios assumem contornos ainda mais severos, considerando o histórico de desigualdade racial e econômica que caracteriza o estado. As cotas eleitorais, embora representem um avanço significativo, não têm sido suficientes para assegurar a inclusão plena de mulheres negras, sobretudo porque não são acompanhadas de mecanismos que enfrentem as dinâmicas intra-partidárias excludentes. Além disso, as disputas internas muitas vezes colocam mulheres negras em uma posição de subalternidade frente às candidaturas masculinas e às de mulheres brancas, evidenciando a necessidade de uma abordagem interseccional no enfrentamento dessas desigualdades.

Superar os desafios enfrentados por mulheres negras na política alagoana exige ações concretas. Para os partidos, é essencial estabelecer políticas internas que garantam o financiamento adequado de candidaturas negras e promovam lideranças femininas em posições estratégicas. Movimentos sociais devem articular campanhas educativas para sensibilizar o eleitorado e pressionar por maior transparência nos processos eleitorais. Por parte do governo, a criação de programas de formação política voltados para mulheres negras e a implementação de mecanismos de monitoramento do uso de recursos partidários são fundamentais. Essas ações, combinadas, podem romper o ciclo de exclusão e abrir caminho para uma representatividade mais justa no estado. A implementação de políticas públicas que fomentem redes de apoio e a criação de espaços democráticos dentro dos partidos são estratégias fundamentais para reverter esse cenário. Ademais, a mobilização da sociedade civil é essencial para pressionar por maior transparência nos processos eleitorais e por compromissos concretos com a diversidade e a representatividade.

Para mitigar as barreiras enfrentadas por mulheres negras na política partidária alagoana, propõem-se ações articuladas envolvendo partidos políticos, movimentos sociais e o governo estadual. Os partidos devem adotar medidas como cotas internas para lideranças negras e auditorias sobre o uso do FEFC. Movimentos sociais podem desempenhar um papel central na capacitação e na criação de redes de apoio para candidatas. Por sua vez, o governo estadual pode implementar programas de formação política voltados para mulheres negras e estabelecer fundos suplementares para financiamento de suas campanhas. Essas iniciativas, adaptadas à realidade local, têm o potencial de romper com as práticas excludentes que ainda prevalecem.

A inclusão efetiva de mulheres negras na política alagoana, e no Brasil como um todo, não é apenas uma questão de justiça social, mas um imperativo para a consolidação de uma democracia verdadeiramente representativa. Como destacado ao longo deste trabalho, as experiências e resistências dessas mulheres não são apenas desafios à ordem estabelecida, mas também catalisadores de transformações sociais mais amplas. A luta por uma política inclusiva, capaz de incorporar plenamente as vozes das mulheres negras, deve ser vista como um pilar central para a construção de uma sociedade mais equitativa, democrática e plural.

Portanto, os desafios institucionais enfrentados por mulheres negras na política partidária em Alagoas refletem barreiras estruturais e culturais profundamente enraizadas, que limitam sua inclusão e participação efetiva. Este estudo, ao mapear esses obstáculos e propor recomendações para enfrentá-los, busca contribuir para a construção de uma democracia mais representativa e plural, alinhada às demandas de grupos historicamente marginalizados.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdade: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Estatísticas eleitorais. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 01 nov. 2024.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CHALITA, S. B. L. *Biografia Lily Lages* (2ª ed., Vol. 1). Disponível em: <https://www.al.al.leg.br/comunicacao/publicacoes/biografia-lily-lages/view>. Acesso em: 2 ago. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapeando as Margens: Interseccionalidade, Políticas de Identidade e Violência Contra Mulheres de Cor. *Estudos Feministas*. Santa Catarina: UFSC, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In: CRENSHAW, Kimberlé et al. *Critical race theory: the key writings that formed the movement*. New York: The New Press, 2001. p. 357-383.

DAHL, Robert. *Sobre a democracia*. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afrolatinoamericano. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

KATZ, Richard S. *Democracy and elections*. New York: Oxford University Press, 1997.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter (Eds.). *The challenges of intra-party democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

PATEMAN, Carole. *The Sexual Contract*. Stanford: Stanford University Press, 1988.

PITKIN, Hanna Fenichel. *The Concept of Representation*. Berkeley: University of California Press, 1967.

PHILLIPS, Anne. *The politics of presence*. Oxford: Clarendon Press, 1995.

PUTNAM, Robert D. *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York: Simon & Schuster, 2000.

SANTOS, J.; CARNEIRO, S. Enfrentar o Racismo e o Sexismo para a reconstrução da política educacional em uma perspectiva interseccional: a proposta das mulheres negras. *Educação & Sociedade*, v. 45, p. e276347, 2024.

SOUZA, J. S.; MOURA, L. T. Crítica à sub-representação de mulheres negras no legislativo federal: colonialidade, silêncio e incômodo. *Revista Direito e Práxis*, v. 13, n. 3, p. 1917–1950, jul. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). *Relatório sobre a representação de mulheres negras nas eleições de 2020*. Brasília: TSE, 2021.